

# DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional. Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 18\$000 | Anúncios, por linha . . . . . 80  
 Ditas por semestre . . . . . 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha . . . . . 80  
 Número avulso, cada folha de quatro páginas 40  
 Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

## SUMÁRIO

**MINISTÉRIO DO INTERIOR:**  
 Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.  
 Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.  
 Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.  
 Portarias de 12 de Julho, autorizando a Misericórdia de Salvaterra de Magos, o Asilo Portuense de Mendicidade e as Confrarias das Almas e do Rosário, de Amarante, e de Santo António, de Paredes de Coura, a applicarem várias quantias a determinadas despesas.  
 Aviso acêrca do concurso relativo ao provimento do lugar de chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral da Assistência.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:**  
 Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.  
 Despachos reconstituindo comissões concelhias de administração.  
 Despachos sobre movimento de pessoal do registo civil.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:**  
 Despachos pela Secretaria Geral, concedendo licenças.  
 Habilitações para levantamento de créditos.  
 Acórdãos e rectificações a acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

**MINISTÉRIO DA MARINHA:**  
 Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.  
 Despachos pela Direcção Geral da Marinha, sobre movimento de pessoal.

**MINISTÉRIO DO FOMENTO:**  
 Portaria de 12 de Julho, mandando aceitar a quantia de réis 1.000\$000 oferecida ao Estado pelo cidadão José da Rocha Paim, para construção dum lanço de estrada, e louvando o offerente.  
 Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.  
 Editos para concessão dos diplomas ao descobridor de duas minas de volfrâmio e outros metais, situadas no concelho de Trancoso.  
 Despachos aprovando estatutos de associações de socorros mútuos e de classe.  
 Aviso acêrca de duas reclamações apresentadas contra registos de marcas industriais.  
 Relação de pedidos de registos de nomes industriais.  
 Alvará de 22 de Junho, aprovando a substituição da alínea d) do artigo 4.º dos estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Viana do Alentejo.  
 Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.  
 Aviso de ter sido estabelecida a venda de ordens postais nas estações telégrafo-postais de Avintes e Carvalhos.  
 Habilitações para levantamento de créditos.

**MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:**  
 Anúncio de concurso para provimento de vários lugares na Direcção de Agrimensura da provincia de Angola.  
 Portaria de 5 de Julho, nomeando para servir na provincia da Guiné um capitão-médico do quadro de saúde de Moçambique.  
 Decreto de 27 de Maio de 1911, resolvendo o recurso n.º 395, de 1910, em que era recorrente o inspector de finanças do Estado da Índia.

**TRIBUNAIS:**  
 Supremo Tribunal Administrativo, acórdão n.º 13:954.  
 Tribunal Superior do Contencioso Fiscal, acórdão n.º 3:239.

**AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:**  
 Câmara Municipal de Lisboa, aviso para remoção de ossadas; aviso acêrca da Feira de Agosto.  
 Junta do Crédito Público, editos para levantamento de depósitos e justificação do extraviado e averbamento de títulos; termos da queima de títulos efectuada em 29 de Junho.  
 Juizo de direito da comarca de Odemira, editos para citação de refractários.  
 Juizo de direito da comarca de Tábua, editos para expropriações de terrenos.  
 Penitenciária de Coimbra, anúncio para arrematação de lenha e sabão.  
 Caixa Económica Portuguesa, editos para levantamento de depósitos.  
 Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.  
 Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

**AVISOS E PUBLICAÇÕES.**  
**ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.**

## SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 219 — Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Porto, em 10 de Julho.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Julho 12

Raúl Seabra Pereira — exonerado de administrador do concelho de Almeida.

Secretaria do Ministério do Interior, em 12 de Julho de 1912. — O Director Geral, Ricardo Paes Gomes.

## Direcção Geral da Instrução Primária

### 3.ª Repartição

Para os devidos efeitos se declara aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

#### 1.ª Circunscrição escolar — Lisboa

Sexo masculino de Panóias, concelho de Ourique.

#### 2.ª Circunscrição escolar — Coimbra

Mixta de Cabaços, freguesia de Pussos, concelho de Alvaiázere, denominada «Bernardino José de Carvalho».

#### 3.ª Circunscrição escolar — Porto

Sexo masculino de Queimadela, concelho de Fafe.  
 Idem de Zóio, concelho de Bragança.  
 Idem de Belver, concelho de Carraceda de Anciães.  
 Idem de Penedo, concelho de Macedo de Cavaleiros.  
 Idem de S. Pedro da Silva, concelho de Miranda do Douro.

Idem da Póvoa idem.  
 Idem de Constantim, idem.  
 Idem de Ifanes, idem.  
 Idem de Vale de Gouvinhas, concelho de Mirandela.  
 Idem de Alvites, idem.  
 Idem de Vale de Frechoso, concelho de Vila Flor.  
 Idem de Caçarelhos, concelho de Vimioso.  
 Idem de Edral, concelho de Vinhais.  
 Idem de Quiraz, idem.  
 Idem de S. Salvador do Monte, concelho de Amarante.  
 Idem de Pedreira, concelho de Felgueiras.  
 Idem de Friande, idem.  
 Idem de Foz de Sousa, concelho de Gondomar.  
 Idem de Melres, idem.  
 Idem de Sandim, concelho de Vila Nova de Gaia.  
 Idem de S. João de Vila Chã, concelho de Ponte da Barca.

Idem de Pegarinhos, concelho de Alijó.  
 Idem de Pinho, concelho de Boticas.  
 Idem de Ardãos, concelho de Boticas.  
 Idem de Alturas, concelho de Boticas.  
 Idem de Ocides, concelho de Chaves.  
 Idem de Mairos, concelho de Chaves.  
 Idem de S. Vicente, concelho de Chaves.  
 Idem de Adães, freguesia de Santa Leocádia, concelho de Chaves.

Idem de Negrões, concelho de Montalegre.  
 Idem de Padronelos, concelho de Montalegre.  
 Idem da sede do concelho de Montalegre.  
 Idem da sede do concelho de Murça.  
 Idem de Cossacos, concelho de Valpaços.  
 Idem de Bouçães, concelho de Valpaços.  
 Idem de Lebução, concelho de Valpaços.  
 Idem de Rio Torto, concelho de Valpaços.  
 Sexo feminino de Linhares, concelho de Carraceda de Anciães.

Idem de Fontelonga, concelho de Carraceda de Anciães.  
 Mixta de Codeçoso, concelho de Celorico de Basto.  
 Idem de Agrobom, concelho de Alfandega da Fé.  
 Idem de Soutelo Mourisco, concelho de Macedo de Cavaleiros.  
 Idem de Trindade, concelho de Vila Flor.  
 Idem de Vieira, freguesia de Freixiel, concelho de Vila Flor.  
 Idem de S. Jomil, concelho de Vinhais.  
 Idem de S. Mamede, freguesia de Senhorei, concelho de Arcos de Valdevez.  
 Idem de Valongo, concelho de Murça.  
 Idem de Carva, concelho de Murça.  
 Idem de Paradela, concelho de Montalegre.  
 Idem de Lamas d'Olo, concelho de Vila Real.

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro de 1911, publicado no Diário do Governo n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às dezasseis horas.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhado dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911, não são admitidos candidatos do sexo feminino aos concursos de escolas para o sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 12 de Julho de 1912. — Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebelo.

## Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

### 3.ª Repartição

Por portaria de 11 do corrente:

António Justiniano da Luz Preto e Aníbal de Magalhães — exonerados, a seu pedido, do lugar de segundos assistentes provisórios das 7.ª e 8.ª classes da Faculdade de Medicina de Lisboa.

Por despacho de 11 do corrente:

João José de Freitas, professor do liceu central de Rodrigues de Freitas — exonerado, a seu pedido, do cargo de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, para que fôra eleito pelos liceus centrais de Lisboa, Coimbra e Porto, nos termos do artigo 4.º do decreto de 27 de Abril de 1911.

Adriano Augusto de Pina Vidal, professor e director da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa — licença de sessenta dias por doença, podendo gozarl-a no estrangeiro.

Faustino da Fonseca, director da Biblioteca Nacional de Lisboa — licença de noventa dias por doença, podendo gozarl-a no estrangeiro.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 12 de Julho de 1912. — O Director Geral, interino, J. M. de Queiroz Veloso.

## Direcção Geral de Assistência

### 1.ª Repartição

Atendendo ao que expôs a Misericórdia de Salvaterra de Magos, devidamente autorizada pela respectiva assembleia geral;

Vistas as informações officiais e o disposto no n.º 2.º do artigo 253.º do Código Administrativo:

Manda o Governo da República Portuguesa que aquella corporação seja autorizada a alienar, nos termos das leis especiais de desamortização, uma superficie de 292 metros quadrados de terreno, do extinto hospital da mesma vila e a applicar o seu produto às obras de construção dum novo hospital.

Paços do Governo da República, em 12 de Julho de 1912. — O Ministro do Interior, Duarte Leite Pereira da Silva.

Atendendo ao que representou a Comissão Administrativa do Asilo Portuense de Mendicidade;

Vistas as informações officiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que a referida instituição seja autorizada a applicar a quantia de 313\$579 réis, proveniente de legados deixados, sem encargos alguns, por Caetano Pinho da Silva, Manuel Rodrigues Semide e D. Josefa Emilia Guedes, nas obras indispensáveis e urgentes de que carece o edificio do mesmo Asilo.

Paços do Governo da República, em 12 de Julho de 1912. — O Ministro do Interior, Duarte Leite Pereira da Silva.

Atendendo ao que representaram as Confrarias das Almas e Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Aboadela, concelho de Amarante;

Vistas as informações officiais e o disposto no n.º 2.º do artigo 253.º do Código Administrativo:

Manda o Governo da República Portuguesa que as referidas confrarias sejam autorizadas a desviar dos seus fundos as quantias de 300\$000 e 100\$000 réis, respectivamente, a fim de auxiliarem com ellas a construção do cemitério paroquial da mesma freguesia.

Paços do Governo da República, em 12 de Julho de 1912. — O Ministro do Interior, Duarte Leite Pereira da Silva.

Atendendo ao que representou a Confraria de Santo António, da freguesia de Paredes, concelho de Paredes de Coura: manda o Governo da República Portuguesa que a mesma Confraria seja autorizada a levantar dos seus fundos a quantia de 40\$000 réis, a fim de a applicar na reforma dos seus estatutos.

Paços do Governo da República, em 12 de Julho de 1912. — O Ministro do Interior, Duarte Leite Pereira da Silva.

### 2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se anuncia que as provas do concurso, para provimento do lugar de chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral de Assistência, deverão ter lugar no dia 24 do corrente mes, no Ministério Interior, pelas onze horas.